



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES - GTED/SR/PF/PR

Anexo I

TERMO DE JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

	ITEM	OPÇÃO	JUSTIFICATIVA
1	Classificação como obra ou serviço de engenharia.	() obra (X) serviço de engenharia	Trata-se de manutenção de sistemas e edificações já existentes, a contratação não se presta a criar coisa nova.
2	Caso seja serviço de engenharia: classificação como serviço comum ou especial.	(X) serviço comum () serviço especial	Os serviços de manutenção predial são usuais no ramo da engenharia, e tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens, e, portanto, enquadram-se como serviço comum de engenharia.
3	Natureza dos serviços.	() serviço por escopo (X) serviço continuado	As atividades de manutenção devem sempre ser realizadas de forma contínua, não se confundindo com a reforma e/ou retrofit de edificações, que se caracterizam como serviço por escopo e que possuem seu próprio lugar na cronologia da construção, pois no ciclo de vida de um prédio ou edifício já existem as marcações temporais, aos 30 e 50 anos após sua construção, onde serão realizadas as grandes intervenções.
4	Elaboração de projeto e documentos técnicos por profissional habilitado de engenharia.	(X) foi elaborado por profissional habilitado, com emissão da art/rrt ou trt. () não foi elaborado por profissional habilitado	As peças técnicas foram elaboradas por profissional habilitado com emissão da respectiva ART acostada no DOC 30548745
5	Regime de execução da obra ou serviço.	(X) empreitada por preço global (X) empreitada por preço unitário () tarefa () empreitada integral	Para os itens 1.1, 1.2 e 1.4, onde existe maior margem de certeza do valor e do serviço, será preço global. Para os itens 1.3, 1.5 e 1.6, onde existe menor margem de precisão para os custos auferidos, será por preço unitário.

6	Caso adotado o regime de empreitada por preço global ou integral: definição das “subestimativas” e “superestimativas” relevantes.		
7	Orçamento detalhado em planilhas de custos unitários.	foram juntadas ao processo: as planilhas sintéticas no documento e as planilhas analíticas no documento (planilha da administração) nº 30548690 a ART relativa às planilhas orçamentárias consta do documento nº 30548745	Todas as planilhas foram elaboradas por profissional habilitado com a respectiva emissão de ART.
8	Adoção dos custos unitários de referência do SINAPI.	no orçamento da presente obra ou serviço, (X) foram adotados custos unitários menores ou iguais aos custos unitários de referência do sinapi, para todos os itens relacionados à construção civil; no orçamento da presente obra ou serviço, () foram adotados custos unitários superiores aos custos unitários de referência do sinapi para determinados itens do orçamento, conforme justificativa do relatório técnico elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos; no orçamento da presente obra ou serviço, para os itens não contemplados no sinapi, (C) foram adotados custos obtidos das seguintes fontes admitidas no art. 6º do decreto nº 7.983, de 2013:	(X) tabela de referência formalmente aprovada por órgãos ou entidades da administração pública federal () publicações técnicas especializadas: (citar as fontes) () sistema específico instituído para o setor: (citar as fontes) (X) pesquisa de mercado (detalhada no tópico seguinte) Tais referenciais de custos foram adotados pelos motivos abaixo elencado:
9	Realização de pesquisa de mercado.	no orçamento da presente licitação, (X) foi realizada pesquisa de mercado para itens do orçamento não contemplados no sinapi, adotando-se as diretrizes da in seges/me nº 73, de 2020, conforme documentos juntados aos autos em DOC 30469975	Foram observados os seguintes aspectos para a elaboração do Mapa de Preços: Ao menos três cotações de mercado sendo que a inexequíveis ou com sobrepreço são descartadas por meio de desvio padrão de 25%.
10	Elaboração das composições de custos unitários.	() foram adotadas apenas composições de custos unitários oriundas do sinapi, sem adaptações; (X) foram adotadas composições “adaptadas” do sinapi, nos termos do art. 8º do decreto nº 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes; () foram adotadas composições “próprias”, extraídas de fontes extra-sinapi, nos termos do art. 6º do decreto nº 7.983, de 2013, as quais foram devidamente juntadas aos autos para o conhecimento dos licitantes;	As composições que não contemplam itens extra SINAPI, foram adaptadas, e substituídos os respectivos itens de maneira que a composição se manteve dentro dos padrões e métodos do sistema CEF-SINAPI

11	Elaboração das curvas abc dos serviços e insumos.	foram juntadas as curvas abc relativas aos insumos no e aos serviços no documento nº (30548502).	As curvas ABC foram elaboradas por profissional habilitado e anexadas ao processo.
12	Adoção do regime de desoneração tributária	na presente licitação, serão adotados os custos de referência (<input checked="" type="checkbox"/>) desonerados () não desonerados	Por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração, conforme justificativa: Para a pretendida licitação serão adotados os custos de referência desonerados, por se tratar da opção mais vantajosa para a Administração. Conforme verificado em planilha, somente a mão de obra residente para serviços continuados já responde por 61,5% do orçamento geral. Um montante superior a 28%, fator de corte para optar pelo regime desonerado, do orçamento será destinado ao pagamento de mão de obra;
13	Detalhamento da composição do percentual de BDI.	(<input checked="" type="checkbox"/>) observa as diretrizes do art. 9º do decreto nº 7.983, de 2013; (<input checked="" type="checkbox"/>) observa os parâmetros do acórdão nº 2.622/2013 - plenário do tcu.	Conforme Anexo 30470000, Justificativas Para Composição do BDI.
14	BDI reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos.	na presente licitação: (<input checked="" type="checkbox"/>) será adotado o bdi reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos; () não será adotado o bdi reduzido sobre os custos dos materiais e equipamentos. (<input checked="" type="checkbox"/>) foram observados os parâmetros do acórdão nº 2.622/2013 - plenário do tcu e foi adotado o parâmetro do (<input checked="" type="checkbox"/>) 1º quartil () médio () 3º quartil	Conforme Anexo 30470000, Justificativas Para Composição do BDI.
15	Composição do custo direto de administração local.	() observa os parâmetros do acórdão nº 2.622/2013 - plenário do tcu e adota o parâmetro do () 1º quartil () médio () 3º quartil	Não há previsão de custos com administração local.
16	Anotação de Responsabilidade Técnica.	no presente feito, as arts relativas aos documentos técnicos da licitação foram juntadas nos documentos nº 30548745	Toda a documentação técnica foi elaborada por profissional habilitado, com registro no CREA e com a emissão da respectiva da ART.
17	Elaboração de cronograma físico-financeiro.	no presente feito, o cronograma físico-financeiro consta do documento nº (). Caso tenha sido adotado o regime de empreitada por preço global: o cronograma físico-financeiro () define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade dos preços propostos pelos licitantes.	Para esta contratação, onde parte será por demanda, com pouca margem de previsibilidade, e outra parte será realizada por rotina. Foram previstas, no caderno de encargos, todas as rotinas para os sistemas que compõem a edificação.

18	Elaboração de projeto executivo.	<p>() foram elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;</p> <p>() não foram elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. nessa hipótese,</p> <p>() atesto que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.</p>	O ETP, o Termo de Referência e as peças técnicas possuem nível de detalhamento suficiente para que a contratada consiga executar a totalidade dos serviços previstos.
19	Registro da empresa no conselho profissional.	na presente licitação, será exigido o registro da empresa licitante junto ao (X) CREA ou ao () CAU ou ao () CRT,	<p>Conforme destacado no inciso V do Art. 67 da Lei 14.133 exige-se, a depender do caso, registro ou inscrição na entidade profissional competente.</p> <p>O objeto da pretendida licitação trata de serviço comum de engenharia, embora seja “comum”, não exime a responsabilidade técnica do executor do serviço. Sendo assim a empresa, pessoa jurídica a ser contratada deverá possuir inscrição na entidade fiscalizadora do exercício da profissão, que para a contratação que se pretende celebrar restringe-se ao CREA/CONFEA, pois o responsável técnico deverá obrigatoriamente ser um Engenheiro Eletricista.</p>

20	Capacidade técnico-operacional.	na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-operacional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a seguir elencadas:	<p>O contrato que se pretende celebrar, será exigida capacidade técnica operacional para 50% das parcelas mais relevantes do objeto, levando-se em conta que a unidade de medida para mensurar tal atestado é a <i>área</i>. Considerando que as edificações fazem parte do objeto da contratação, mas que na verdade são independentes e seus sistemas não se relacionam, seria equivocado fazer o somatório dessas áreas com a finalidade de exigir capacidade técnica.</p> <p>Definiu-se assim que a área de maior intervenção será utilizada como base para calcular a capacidade técnica pois se há a habilitação para uma edificação de área de maior não exige-se para outra de área menor. Sendo assim, valendo-se da maior área e considerando-se a parcela de maior relevância, aqui considerada como sendo a faixa A da Curva ABC que representa 80% do total, obteve-se o resultado de 3.222.80m² (8.057m² x 50% x 80%) para comprovação de capacidade técnica operacional para serviços de manutenção predial.</p>
21	Possibilidade de somatório dos atestados.	na presente licitação, será () aceito (X) vedado o somatório de atestados de capacidade técnico-operacional para atingimento dos quantitativos mínimos demandados, com base na seguinte justificativa técnica:	Não será aceito somatório de atestados para a empresa licitante a fim de comprovar capacidade técnica operacional.
22	Capacidade técnico-profissional.	na presente licitação, as comprovações de capacidade técnico-profissional serão exigidas quanto às parcelas de maior relevância técnica e valor significativo do objeto, a serem executadas pelos profissionais abaixo elencados (X) será, exigida a comprovação de quantitativos mínimos nos documentos de ART/RRT, com base na seguinte justificativa:	<p>Para a capacidade técnica profissional será exigida a mesma comprovação de área, 3.222.80m², ou ainda, serviço de manutenções industriais ou comerciais, entrada de energia ou manutenções em rede de energia equivalente a 250 kVA, referente a 50% da entrada de energia da maior edificação.</p> <p>Para efeitos de comprovação serão aceitos: Certidão de Acervo Técnico da empresa emitido pelo CREA. Atestado de Capacidade Técnica emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado. Será admitido o somatório de até 2 (dois) atestados para efeitos de comprovação de capacidade técnica profissional.</p>

23	Exigência de instalações, aparelhamento e pessoal técnico.	na presente licitação, (X) será exigida a indicação de instalações, aparelhamento ou pessoal técnico com determinada qualificação, a seguir elencados	Já faz parte do escopo da contratação a demanda por pessoal técnico habilitado ou capacitado, por meio de responsável técnico e equipe fixa, além da necessidade óbvia de ferramental adequado para a execução das tarefas.
24	Exigência de vistoria para a licitação	na presente licitação, a realização de vistoria será (X) facultativa () obrigatória e o licitante (X) poderá () não poderá substituir o atestado de vistoria pela declaração de pleno conhecimento das condições de execução do objeto, com base na seguinte justificativa técnica:	A vistoria é facultativa cabendo ao licitante declarar por meio de Declaração de Renúncia que optou por não vistoriar.
25	Possibilidade de subcontratação.	o projeto básico (X) admitiu () não admitiu a subcontratação na presente licitação, de acordo com as diretrizes acima e as seguintes considerações:	É permitida a subcontratação para os itens 1.3, 1.4 ,1.5, até o máximo de 30% do valor total da contratação.
26	Definição do percentual de capital ou patrimônio líquido mínimo.	na presente licitação, será exigida a comprovação de: () capital mínimo ou (X) patrimônio líquido mínimo, no percentual de (10%) por cento sobre o valor total estimado da contratação, com base na seguinte justificativa técnica:	Patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação para 12 (doze) meses. Empresas sem qualificação econômico-financeira adequada para a execução do objeto participando da licitação, colocando em risco a saúde do contrato e levando a contratação de empresa incapaz de executar a avença, com consequente não obtenção do objeto contratado e descumprimento, pela contratada, das obrigações previstas em legislação específica e no contrato.
27	Participação de consórcios.	justificativa: na presente licitação, será (X) vedada () permitida a participação de consórcios, com base na seguinte justificativa:	Trata-se de serviço de manutenção predial, e dentro, do parâmetro de serviço de engenharia, se refere a um serviço de pequeno vulto, além disso as parcelas destinadas à possível subcontratação já foram definidas. Assim a opção pelo consórcio seria desproporcional ao objeto a ser contratado, e o embaraço administrativo causado por uma gestão de contrato de uma modalidade de contratação tão peculiar não traria qualquer benefício para a Administração Pública.

28	Participação de cooperativas.	na presente licitação, será (<input checked="" type="checkbox"/>) vedada (<input type="checkbox"/>) permitida a participação de cooperativas, com base na seguinte justificativa:	Considerando a necessidade de contratação de parte dos serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, não deverá ser permitida a participação de cooperativas, considerando especialmente o disposto na Súmula nº 281 do Tribunal de Contas da União, que assim dispõe: <i>“É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.”</i>
29	Critérios e práticas de sustentabilidade socioambiental e de acessibilidade.	No presente feito, o projeto básico, termo de referência ou projeto executivo incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental (<input checked="" type="checkbox"/>), de acessibilidade (<input checked="" type="checkbox"/>). no presente feito, o projeto básico ou termo de referência (<input type="checkbox"/>) ou projeto executivo (<input type="checkbox"/>) não incluiu critérios/práticas de sustentabilidade socioambiental (<input type="checkbox"/>), de acessibilidade (<input type="checkbox"/>) pelos seguintes fundamentos:	Os critérios de sustentabilidade e acessibilidade estão descritos, de forma não exaustiva, no item 3.7 do ETP, e no item 4 do Termo de Referência.
30	Exigência de garantia de execução contratual.	na presente licitação, será (<input checked="" type="checkbox"/>) exigida (<input type="checkbox"/>) dispensada a apresentação de garantia de execução contratual, com base na seguinte justificativa:	Deverá ser exigida a garantia da contratação (garantia de execução), tendo em vista que a natureza dos serviços, bem como a existência de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, requerem que sejam adotados cuidados com a finalidade de garantir a execução contratual e assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas, adotando-se o percentual de 5% previsto como regra no art. 98, por não se verificarem circunstâncias que justifiquem a majoração.
31	Opção pelo sistema de registro de preços.	na presente licitação, o sistema de registro de preços (<input type="checkbox"/>) foi (<input checked="" type="checkbox"/>) não foi adotado. em caso de resposta positiva, o enquadramento do registro de preços se dá no inciso (<input type="checkbox"/>) i ou (<input type="checkbox"/>) ii ou (<input type="checkbox"/>) iii ou (<input type="checkbox"/>) iv do art. 3º do decreto nº 7.892/2013, com base na seguinte motivação:	

32	<p>Natureza da atividade se constitui ou não atividade de custeio (decreto nº 10.193/2019).</p>	<p>no presente feito, com base nos critérios da portaria nº 249/2012-mpog, a natureza da atividade a ser contratada</p> <p>a - () não se constitui em atividade de custeio.</p> <p>b - (X) constitui-se em atividade de custeio;</p> <p>considerando o disposto no art. 3º do decreto nº 10.193/2019 e o valor estimado da contratação, bem como o constante da portaria de delegação nº _____, a autoridade assessorada:</p> <p>b.1 () detém competência para celebrar o contrato;</p> <p>b.2. (X) irá obter autorização para celebrar o contrato.</p>	<p>Autorização para celebrar contrato de atividade custeio deve ser saneado pelo SELOG/DPF/FIG/PR</p>
----	--	---	--



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO BARROS NUNES, Agente de Polícia Federal**, em 04/08/2023, às 15:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ DONDONI, Agente de Polícia Federal**, em 04/08/2023, às 15:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCELO KEITI SUGUIMATI, Agente de Polícia Federal**, em 04/08/2023, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=30548815&crc=7B7FADAE.
Código verificador: **30548815** e Código CRC: **7B7FADAE**.